

**RELATÓRIO  
DE ATIVIDADES**

**2022**

## **Conselheiros**

José Valdir Ribeiro dos Reis (Presidente)

Asclepius Ramatiz Lopes Soares

Mauro Braga de Souza

Adézio de Almeida Lima

Elvira Cruvinel Ferreira

Magno Soares dos Santos

Sandra Regina de Miranda

## **Conselho Fiscal**

### **Conselheiros Efetivos**

José Alípio dos Santos (Presidente)

Hayton Jurema da Rocha

Cláudio de Castro Vasconcelos

### **Conselheira Suplente**

Regina Célia Pôncio Peixoto

## **Comitê Executivo**

**Superintendente:** Juscineide Souza Pimentel

**Gerente:** Marcos Rafael de Oliveira Raymundo

# Ideologia

## Propósito

Transformar realidades socioeconômicas de pessoas e organizações sociais, em sintonia com a Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU).

## Valores

Solidariedade  
Sustentabilidade  
Integridade  
Diversidade  
Cidadania

## Negócio

Inclusão socioproductiva de pessoas em situação de vulnerabilidade social por meio de projetos e ações com o objetivo de promover o desenvolvimento humano e profissional.

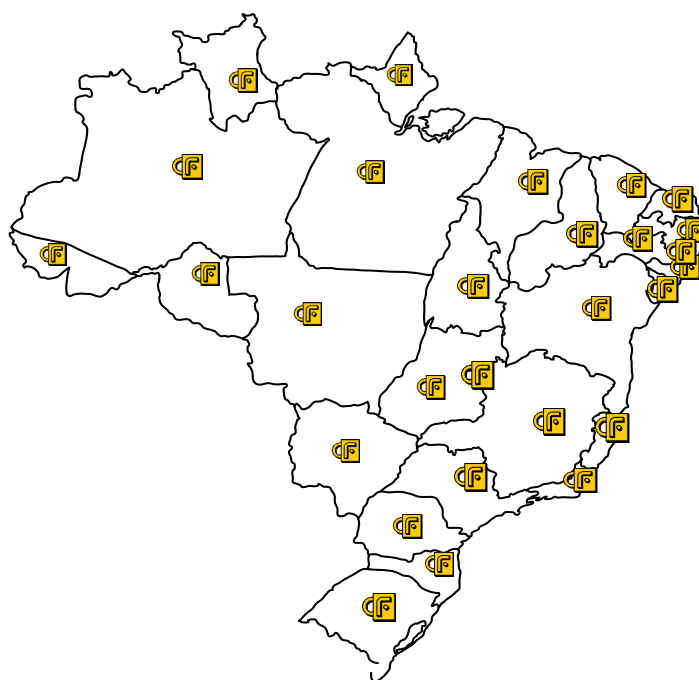
## Mensagem da Administração

Apresentamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras do Instituto Cooperforte referentes ao exercício do ano de 2025, elaborados em conformidade com as normas legais e alinhados às melhores práticas de governança e transparência.

Atuando como braço social da COOPERFORTE e atendendo ao seu propósito de transformação de pessoas e organizações sociais, o Instituto Cooperforte realizou parcerias com 34 organizações sociais em 2025, alcançando todas as Unidades da Federação. Essas parcerias visaram apoiar projetos sociais para a qualificação profissional de pessoas em situação de vulnerabilidade social e para a inserção no mundo do trabalho.

# 34

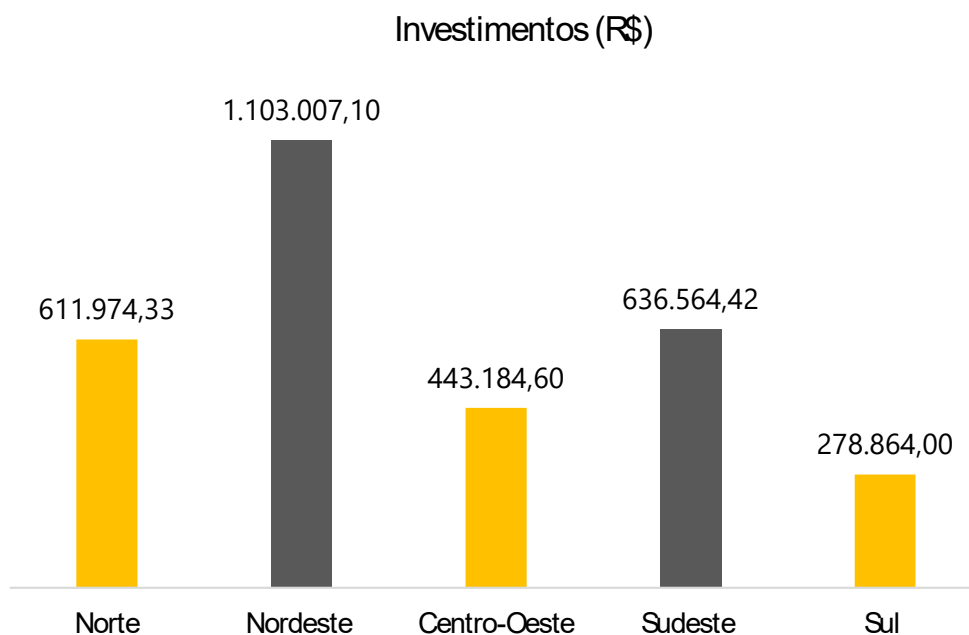
Organizações distribuídas  
por todo território nacional



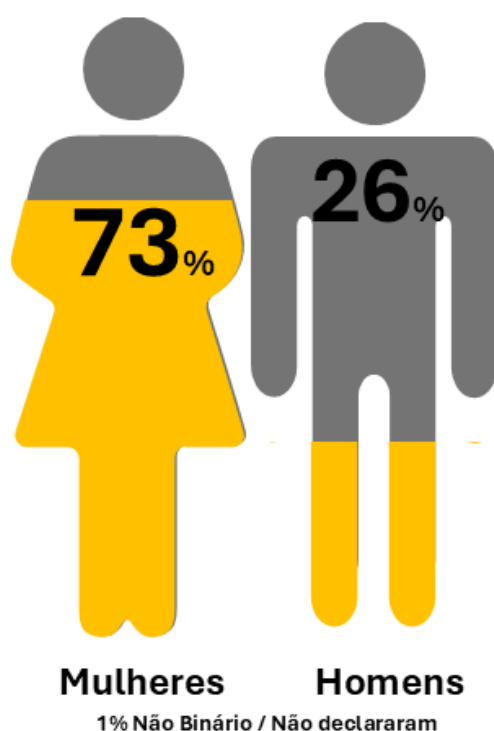
Os projetos foram selecionados por meio de Editais de Chamada Pública, com critérios técnicos de seleção e monitoramento contínuo da execução e das metas pactuadas. Esse modelo de gestão de projetos tem alcançado eficiência na aplicação dos recursos e geração de resultados consistentes.

No exercício de 2025 foi investido o montante de R\$ 3.073,6 mil para o financiamento de 34 projetos sociais, distribuídos pelas cinco regiões do país, sendo 7 no Norte, 12 no Nordeste, 5 no Centro-Oeste, 7 no Sudeste e 3 no Sul. Com investimento médio de R\$ 90,4 mil por projeto, foram atendidas 859 pessoas, das quais 96% concluíram a qualificação profissional ofertada.

A distribuição dos investimentos por região demonstra a atuação nacional do Instituto.



Os projetos apresentaram o seguinte perfil de atendidos: 73% são mulheres, 26% são homens e 1% são pessoas não binárias ou que não declararam gênero, com idade média de 31 anos. A predominância feminina, com média etária de 33 anos e em idade economicamente ativa, representa um relevante alcance social e reafirma o foco dos Editais em mulheres que, muitas vezes, são as principais responsáveis pela obtenção da renda familiar.



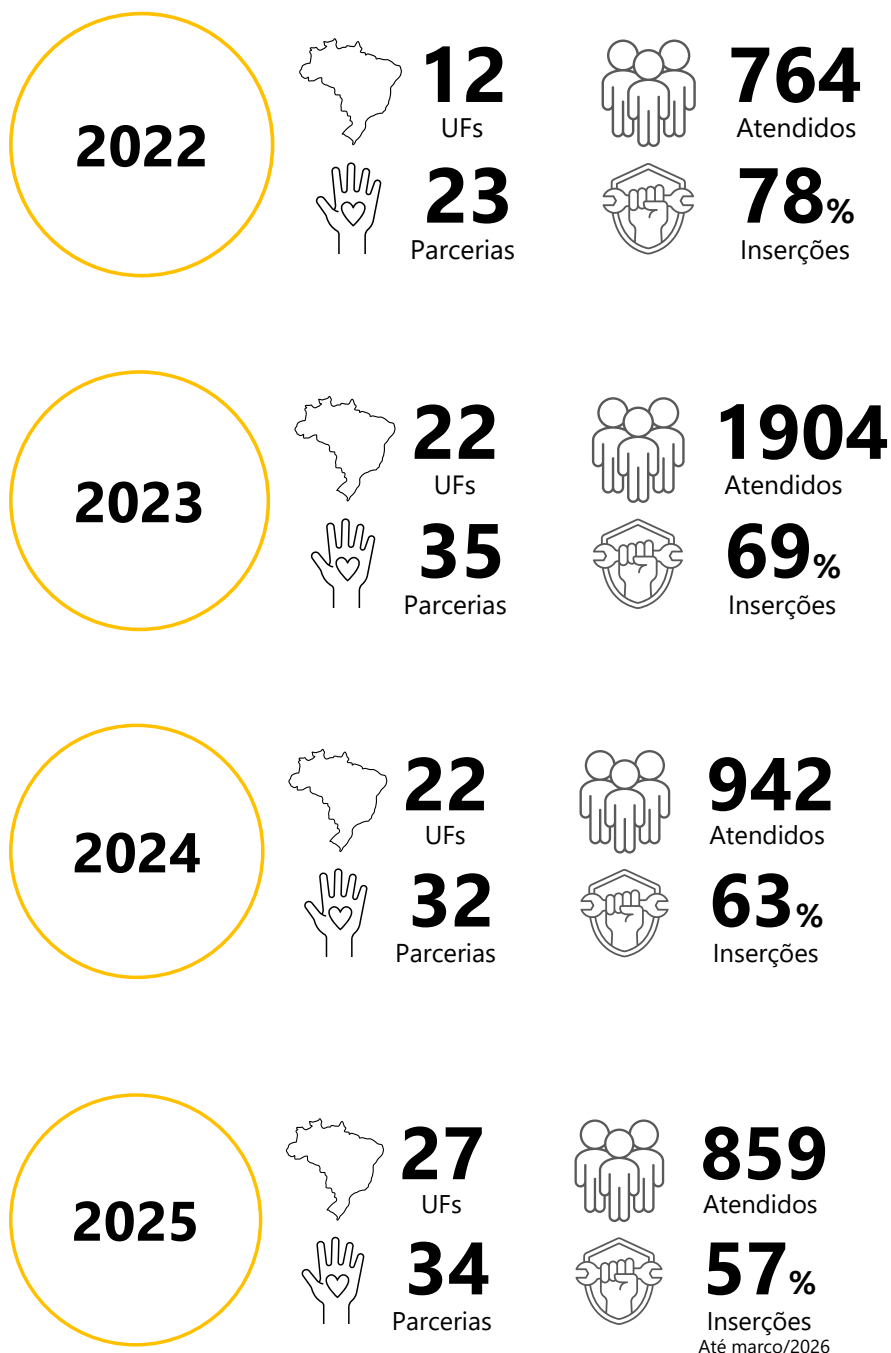
As áreas de qualificação nos projetos sociais foram definidas pelas organizações parceiras e alinhadas às atividades econômicas locais, com carga horária média de 245 horas, abrangendo os segmentos Administrativo, Beleza e Estética, Gastronomia, Tecnologia e Comunicação, Mecânica e Corte e Costura. Dentre os apoios prestados, foi incluído também um projeto especial de Finanças Pessoais, que disponibilizou capacitação online e conteúdo para educação financeira.



Dos 859 participantes atendidos nos projetos de 2025, 823 concluíram a qualificação profissional, dos quais 57% foram inseridos no mundo do trabalho. Desse total, 64,3% exercem ocupações informais e 35,7% possuem vínculos formais.

No modelo de acompanhamento dos resultados adotado pelo Instituto, as parcerias com as organizações sociais são estruturadas em ciclo de três anos, com renovações anuais. Durante a vigência da parceria, a meta de inserção no mundo do trabalho é de 70%, também utilizada como critério de continuidade.

Os dados a seguir mostram os resultados do modelo de parceria adotado pelo Instituto no período de 2022 a 2025, destacando o número de atendidos alcançados, as parcerias e a inserção dos participantes no mundo do trabalho.



Além dos resultados com os atendidos, o apoio à gestão de projetos nas 34 organizações parceiras contribuiu para o fortalecimento institucional dessas organizações, ampliando suas capacidades de execução e prestação de contas.

Os indicadores alcançados em 2025 demonstram que a combinação de apoio técnico e financeiro, aliada a um acompanhamento estruturado, gera maior impacto nos projetos sociais.

**34**

Parcerias



**27**

Unidades da Federação



**859**

Atendidos inscritos



**96%**

Concluintes



**57%**

Inserções  
Até março – 2026



O Instituto Cooperforte reafirma, assim, seu compromisso com a gestão responsável dos recursos e a geração de valor social.

## Ações Solidárias

Em 2025, o Programa Ações Solidárias foi organizado para fortalecer e ampliar o atendimento a organizações sociais que atuam continuamente com públicos em situação de vulnerabilidade social.

Além das ações de capacitação e geração de renda, o Instituto Cooperforte e a COOPERFORTE realizaram o Programa Ações Solidárias, com campanhas ao longo do ano, como a Campanha do Agasalho, o Dia das Crianças e o Natal Solidário.

Nos estados de MG, DF, MS e PR, 2.665 pessoas foram alcançadas por meio do apoio a nove organizações sociais, contribuindo para atender suas demandas prioritárias. O programa viabilizou a arrecadação de 1.086 itens, entre roupas, calçados e outros bens, além do investimento de R\$ 23,0 mil na compra de cestas básicas, roupas de frio e enxovais de cama.

Destaca-se que, na Campanha do Natal Solidário, o Instituto realizou, pela primeira vez, uma parceria com o Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCOOP) e com o Sindicato e Organização das Cooperativas do Distrito Federal (Sistema OCB/DF). A iniciativa ampliou a capacidade de arrecadação e fortaleceu a cooperação entre as instituições envolvidas, contribuindo para o apoio às organizações sociais atendidas.

Ao atuar de forma integrada, o Instituto reforça seu papel no fortalecimento das organizações sociais e amplia sua capacidade de resposta às demandas sociais e dando continuidade às ações desenvolvidas.



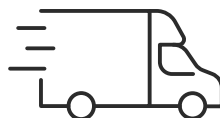
**9**

Organizações atendidas



**2.665**

Pessoas atendidas



**1.086**

Itens distribuídos



**4**

Unidade da Federação

## Agradecimentos

O Instituto Cooperforte agradece à COOPERFORTE, sua Instituidora, aos Conselhos Deliberativo e Fiscal, à Diretoria Executiva, aos associados, aos colaboradores e às organizações sociais parceiras, que viabilizaram a realização das ações em 2025.

A contribuição de todos os parceiros e apoiadores reafirma o compromisso do Instituto com o 7º Princípio do Cooperativismo, Interesse pela Comunidade, fortalecendo sua atuação social pautada pela transparência.

## 2. Demonstrações Financeiras

### 2.1 Balanço Patrimonial

(Valores em unidades de Reais)

<b>ATIVO</b>	<b>NOTA</b>	<b>2025</b>	<b>2024</b>
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>		<b>7.534.100</b>	<b>7.142.904</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa</b>	4	<b>7.202.958</b>	<b>6.686.129</b>
<b>Créditos</b>		<b>317.686</b>	<b>437.971</b>
Valores a receber - repasse da Mantenedora		316.235	437.971
Adiantamentos e antecipações		1.451	-
<b>Despesas antecipadas</b>	5	<b>12.657</b>	<b>14.494</b>
<b>Bens disponíveis para venda</b>	6	<b>798</b>	<b>4.310</b>
<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>		<b>4.708</b>	<b>1.501</b>
Investimentos	7	291	277
Imobilizações de uso	8	4.417	1.224
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>7.538.807</b>	<b>7.144.405</b>
<b>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>NOTA</b>	<b>2025</b>	<b>2024</b>
<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>		<b>249.995</b>	<b>229.965</b>
Fornecedores		1.935	1.899
Obrigações trabalhistas	9	164.680	157.093
Obrigações previdenciárias e sociais	10	44.467	37.623
Obrigações tributárias	11	38.913	33.350
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	12	<b>7.288.812</b>	<b>6.914.440</b>
Patrimônio social		6.914.440	6.324.378
Superávit do exercício		374.372	590.062
<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>7.538.807</b>	<b>7.144.405</b>

As Notas Explicativas são partes integrantes das Demonstrações Financeiras.

## 2.2 Demonstração do Resultado

(Valores em unidades de Reais)

DESCRIÇÃO	NOTA	2025	2024
<b>RECEITAS</b>		<b>6.344.055</b>	<b>6.479.051</b>
Contribuições e doações	13	5.294.407	5.720.489
Rendimentos financeiros	14	1.049.648	758.562
<b>DESPESAS DE PROJETOS</b>		<b>(5.219.169)</b>	<b>(5.146.984)</b>
Projetos de educação	15	(5.219.169)	(5.146.984)
<b>DESPESAS ADMINISTRATIVAS</b>		<b>(750.514)</b>	<b>(742.005)</b>
Operacionalização técnica e administrativa	16	(625.573)	(598.576)
Impostos e taxas	17	(38.606)	(26.820)
Prestadores de serviços	18	(23.780)	(29.239)
Informática (licenças e serviços)		(13.551)	(19.471)
Telefone e internet		(4.657)	(13.002)
Depreciação e amortização		(763)	(546)
Outras despesas/receitas	19	(43.584)	(54.351)
<b>SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO</b>		<b>374.372</b>	<b>590.062</b>

As Notas Explicativas são partes integrantes das Demonstrações Financeiras.

## 2.3 Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

(Valores em unidades de Reais)

DESCRIÇÃO	PATRIMÔNIO SOCIAL	RESULTADOS ACUMULADO	TOTAL
<b>Saldos em 31/12/2023</b>	<b>7.083.248</b>	<b>(758.870)</b>	<b>6.324.378</b>
Transferência para patrimônio social	(758.870)	758.870	-
Superávit do exercício	-	590.062	590.062
<b>Saldos em 31/12/2024</b>	<b>6.324.378</b>	<b>590.062</b>	<b>6.914.440</b>
Transferência para patrimônio social	590.062	(590.062)	-
Superávit do exercício	-	374.372	374.372
<b>Saldos em 31/12/2025</b>	<b>6.914.440</b>	<b>374.372</b>	<b>7.288.812</b>

As Notas Explicativas são partes integrantes das Demonstrações Financeiras.

## 2.4 Demonstrações dos Fluxos de Caixa

(Valores em unidades de Reais)

DESCRIÇÃO	2025	2024
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>		
<b>Superávit do exercício</b>	<b>374.372</b>	<b>590.062</b>
<b>Ajustes</b>	<b>763</b>	<b>546</b>
Depreciações e amortizações	763	546
<b>Resultado ajustado</b>	<b>375.135</b>	<b>590.608</b>
<b>Varição nos ativos e passivos</b>	<b>145.664</b>	<b>(11.050)</b>
Redução (Aumento) em valores a receber	121.735	(118.648)
Redução (Aumento) em adiantamentos e antecipações	(1.451)	2.521
Redução (Aumento) de despesas antecipadas	1.838	16.310
Redução (Aumento) de bens disponíveis para venda	3.512	52.465
Aumento (Redução) de fornecedores	37	1.657
Aumento (Redução) obrigações trabalhistas	7.587	14.581
Aumento (Redução) em obrigações previdenciárias e sociais	6.844	11.952
Aumento (Redução) em obrigações tributárias	5.562	8.112
<b>Geração de caixa nas atividades operacionais</b>	<b>520.799</b>	<b>579.558</b>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS</b>		
(Aumento) líquido de investimento	(13)	(14)
(Aumento) aquisição de imobilizado	(3.957)	-
<b>Aplicação de caixa nas atividades de investimentos</b>	<b>(3.970)</b>	<b>(14)</b>
<b>FLUXO DE CAIXA TOTAL</b>	<b>516.829</b>	<b>579.544</b>
Saldo inicial de caixa e equivalentes	6.686.129	6.106.585
Saldo final de caixa e equivalentes	7.202.958	6.686.129
<b>AUMENTO NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>	<b>516.829</b>	<b>579.544</b>

As Notas Explicativas são partes integrantes das Demonstrações Financeiras.

## 2.5 Notas Explicativas

### 1. Contexto operacional

**A ASSOCIAÇÃO PARA PROMOÇÃO HUMANA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL – INSTITUTO COOPERFORTE**, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, constituída em 23/03/2003, qualificada como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP, com sede em Brasília-DF, tem o propósito de promover: o desenvolvimento econômico e social e o combate à pobreza tendo presentes os direitos humanos, a democracia, os valores e os princípios cooperativistas universais e do Instituto; o desenvolvimento de pessoas de baixa renda, mediante educação e qualificação profissional que contribuam com sua inserção nos contextos social e econômico; o desenvolvimento e a difusão do cooperativismo; o empreendedorismo e desenvolvimento sustentável agregado aos eixos social, ambiental e econômico; o voluntariado; a assistência social e experiências não lucrativas de novos sistemas alternativos de emprego e crédito.

Os recursos destinados a suas atividades e custeios são oriundos essencialmente das contribuições regulares de sua Instituidora, a COOPERFORTE Cooperativa de Crédito e Investimentos Ltda. Somam-se a estes os rendimentos de aplicações financeiras, contribuições de associados e doações de pessoas físicas e jurídicas, todos sem restrições de uso.

No exercício de 2025, o Instituto renovou o apoio financeiro a 8 organizações sociais, em continuidade às parcerias iniciadas em 2023, e iniciou 26 novas parcerias oriundas do Edital de Chamada Pública de 2024. As parcerias têm vigência de até 3 (três) anos para apoio de projetos anuais, limitados a R\$ 100 mil por projeto e com a continuidade condicionada ao atendimento de requisitos e de indicadores de desempenho e impacto.

Os projetos apoiados buscaram qualificar e inserir no mundo do trabalho jovens e adultos a partir de 18 anos, em situação de vulnerabilidade social. As qualificações foram realizadas em áreas como beleza e estética, gastronomia, mecânica e tecnologia da informação e administrativa, oferecendo, em todas elas, treinamentos também em educação financeira, cidadania, empreendedorismo e educação digital.

### 2. Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras do Instituto Cooperforte, aprovadas pelo Conselho Deliberativo em 17/04/2026, foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na ITG 2002 (R1) – Entidades sem Finalidade de Lucros e na NBC TG 1000 – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, considerando o pressuposto da continuidade operacional da entidade. A Administração avaliou a capacidade do Instituto de manter suas operações no futuro previsível e não identificou incertezas relevantes que possam suscitar dúvida significativa quanto à sua continuidade.

As demonstrações financeiras e todas as informações deste documento estão expressas em unidades de Reais (R\$), que é a moeda funcional corrente no País e utilizada pelo Instituto.

O Instituto adota estimativas para mensurar vidas úteis dos bens do ativo imobilizado e intangível, passivos contingentes, dentre outros ativos e passivos. Apesar dos resultados reais poderem apresentar variação em relação à observância do princípio de competência, o Conselho Deliberativo entende que as premissas adotadas para as suas estimativas são as melhores para representar fielmente a posição financeira e patrimonial da entidade em suas demonstrações financeiras.

### 3. Resumo das principais políticas contábeis

#### a) Caixa e equivalentes de caixa

Incluem as rubricas caixa, depósitos bancários e as aplicações financeiras de curto prazo e de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

#### b) Instrumentos financeiros

São contratos que dão origem a ativos financeiros, a passivos financeiros ou a instrumentos patrimoniais. As Demonstrações Financeiras devem indicar a significância dos instrumentos financeiros para a posição patrimonial e financeira e a natureza e extensão dos riscos resultantes desses instrumentos.

#### c) Créditos

São os valores devidos ao Instituto por terceiros, decorrentes de vendas de bens ou prestação de serviços, adiantamentos a serem recebidos em prazo determinado, incluindo, substancialmente, valores a receber referentes ao repasse da mantenedora.

#### d) Valores a recuperar

Correspondem aos montantes pagos pela entidade que poderão ser restituídos ou compensados futuramente, como impostos a recuperar e obrigações previdenciárias a recuperar.

#### e) Despesas antecipadas

Referem-se a pagamentos antecipados a fornecedores para apropriação nas respectivas competências.

#### f) Bens disponíveis para venda

Correspondem aos bens recebidos em doação para custeio das atividades e que estão disponíveis para venda.

#### g) Investimentos

Os investimentos são demonstrados ao custo de aquisição e deduzidos de provisão para perdas consideradas permanentes pela Administração, quando aplicável.

#### h) Imobilizado

Ativos tangíveis adquiridos para uso na operação da entidade, com vida útil superior a um exercício social, como terrenos, edificações, máquinas e equipamentos. A depreciação é calculada pelo método linear para reduzir o custo de cada ativo a seus valores residuais de acordo com as taxas divulgadas, que levam em consideração a vida útil econômica dos bens.

#### i) Redução ao valor recuperável de ativos

O Pronunciamento Técnico CPC 01/R1, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis dispõe sobre procedimentos no reconhecimento, mensuração e divulgação de perdas em relação ao valor recuperável de ativos, que a entidade deva avaliar, no mínimo ao fim de cada exercício social, se há alguma indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização, situação que tornaria necessária a estimativa do valor recuperável do ativo.

Os valores contábeis dos ativos não financeiros do Instituto Cooperforte são analisados a cada período de encerramento do exercício para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Se houver indicação de desvalorização, a Associação estima o valor recuperável do ativo, que deve ser o maior entre: i) seu valor justo menos os custos para vendê-lo; e ii) o seu valor em uso.

Se o valor recuperável do ativo for menor que o seu valor contábil, o valor contábil é reduzido ao seu valor recuperável pelo registro de perda por desvalorização (imparidade), reconhecida no resultado do período.

Em 31/12/2025, não há evidência quanto à necessidade de redução ao valor recuperável dos ativos não financeiros.

#### j) Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contrários, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de perda provável, quando aplicável, são divulgados em notas explicativas às demonstrações financeiras.

#### k) Provisões administrativas (Fornecedores)

São reconhecidas quando o Instituto tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

#### l) Obrigações trabalhistas

Valores provisionados para cobrir obrigações trabalhistas decorrentes de férias de funcionários, bem como os encargos sociais incidentes

sobre essas remunerações.

#### m) Tributos e contribuições

O Instituto, nos termos do Art. 12 da Lei nº 9.532/1997 e Art. 10 da Lei nº 9.718/1998, na condição de instituição sem finalidade lucrativa, goza de imunidade tributária em relação aos impostos federais, estaduais e municipais, nos termos do art. 150, inciso VI, alínea "C", da Constituição Federal.

No que se refere à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, a entidade não apura lucro, portanto, não está sujeita às regras da Lei nº 7.689/1988, artigos 1º e 2º.

A contribuição para o PIS/PASEP é calculada sobre a folha de salários, de acordo com o Decreto nº 4.524, de 17/12/2002, artigo 9º, inciso III. Conforme incisos I e II, artigo 46 deste Decreto, as entidades relacionadas no artigo 9º, as instituições de educação e de assistência social que preencham as condições e requisitos do art. 12 da Lei nº 9.532/1997, não contribuem para o PIS/PASEP sobre o faturamento.

Para fins de contribuição da COFINS a entidade é isenta, nos termos do art. 14, inciso X, da MP nº 2.158/2001, sendo que a isenção alcança somente as receitas decorrentes das atividades próprias.

Considerando que a isenção não alcança as receitas financeiras e que o Decreto nº 8.426 de 1º de abril de 2015, revogou o Decreto nº 5.442 de 09/05/2005 que reduzia a zero as alíquotas do PIS e COFINS sobre as receitas financeiras, o Instituto passou a calcular e recolher a COFINS sobre as receitas financeiras à alíquota de 4% (quatro por cento).

#### n) Obrigações previdenciárias e tributárias

São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou de outro instrumento fundamentado em lei, aos quais o Instituto tem por diretriz. O Instituto não possui obrigações não formalizadas.

#### o) Passivos contingentes

São reconhecidos contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são divulgadas em Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

#### p) Receitas e despesas

As receitas e as despesas sem restrição (não vinculadas às parcerias específicas) são reconhecidas pelo regime de competência.

As receitas e as despesas com restrição (vinculadas às parcerias específicas) são reconhecidas na proporção da execução das despesas vinculadas aos projetos/convênios/termos de parceria.

#### q) Eventos subsequentes

São divulgados em notas explicativas, se existirem, eventos que ocorram entre a data-base das Demonstrações Financeiras e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por eventos que causam ajustes contábeis e que, na data-base das demonstrações financeiras, apresentam condições existentes.

### 4. Caixa e equivalentes de caixa

Descrição	2025	2024
Banco do Brasil - Poupança	70.105	47.594
Depósito a prazo COOPERFORTE	7.099.753	6.606.449
Banco do Brasil - BB Rende Fácil	8.140	9.875
Caixa Econômica Federal - Poupança	24.960	22.211
<b>Total</b>	<b>7.202.958</b>	<b>6.686.129</b>

Os Depósitos a Prazo junto à COOPERFORTE, na modalidade de Recibo de Depósito Cooperativo – RDC, possuem liquidez diária e taxas pós-fixadas com base no indexador CDI. As remunerações dos depósitos foram capitalizadas até a data do balanço.

O Instituto não possui operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

### 5. Despesas Antecipadas

Descrição	2025	2024
Despesas Antecipadas	12.657	14.494
<b>Total</b>	<b>12.657</b>	<b>14.494</b>

O saldo corresponde aos benefícios de alimentação e transporte concedidos aos colaboradores, para serem apropriados ao resultado no

mês subsequente.

### 6. Bens disponíveis para venda

O saldo corresponde aos móveis e utensílios recebidos em doação da

Descrição	2025	2024
Bens disponíveis para venda	798	4.310
<b>Total</b>	<b>798</b>	<b>4.310</b>

COOPERFORTE em exercícios anteriores. Os recebimentos das vendas integraram as disponibilidades do Instituto.

### 7. Investimentos

O saldo é representado pela integralização de capital, atualizada mensalmente, conforme demonstrado:

Descrição	2025	2024
COOPERFORTE	291	277
<b>Total</b>	<b>291</b>	<b>277</b>

### 8. Imobilizado

Descrição	Taxa	Saldo Inicial	Aquisições	Baixa	Depreciação	Saldo Final
Móveis de uso	10%	791	-	-	(260)	531
Equipamentos de uso	10%	433	-	-	(286)	147
Equipamentos de Comunicação	20%	-	3.956	-	(218)	3.739
<b>Total 2025</b>		<b>1.224</b>	<b>3.956</b>	-	<b>(763)</b>	<b>4.417</b>
Móveis de uso	10%	1.051	-	-	(260)	791
Equipamentos de uso	10%	719	-	-	(286)	433
<b>Total 2024</b>		<b>1.770</b>	-	-	<b>(546)</b>	<b>1.224</b>

Corresponde ao custo de aquisição, menos a depreciação acumulada, de bens destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade. As depreciações acumuladas são calculadas pelo método linear, com base em taxas que levam em consideração a vida útil econômica dos bens.

### 9. Obrigações trabalhistas

Descrição	2025	2024
Provisão de férias	164.680	157.093
<b>Total</b>	<b>164.680</b>	<b>157.093</b>

### 10. Obrigações previdenciárias e sociais

Descrição	2025	2024
INSS a recolher	30.873	30.465
FGTS a recolher	13.594	7.158
<b>Total</b>	<b>44.467</b>	<b>37.623</b>

### 11. Obrigações tributárias

Correspondem às obrigações de impostos e contribuições a recolher, conforme demonstrado a seguir:

Descrição	2025	2024
IRRF a recolher	33.324	30.063
PIS s/Fopag a recolher	1.896	897
PIS/COFINS/CSLL a recolher	112	220
IRRF a recolher serviços prestados por pessoa jurídica	25	57
COFINS s/rendimentos de aplicações financeiras	3.556	2.113
<b>Total</b>	<b>38.913</b>	<b>33.350</b>

O aumento no saldo do PIS sobre a Folha de Pagamento a recolher refere-se ao valor correspondente ao 13º salário, cuja liquidação ocorrerá em janeiro de 2026. Situação semelhante pode ser observada na conta de FGTS, demonstrado na Nota 10.

### 12. Patrimônio líquido

Descrição	2025	2024
Patrimônio social	6.914.440	6.324.378
Superávit do exercício	374.372	590.062
<b>Total</b>	<b>7.288.812</b>	<b>6.914.440</b>

O patrimônio líquido é constituído pelo Patrimônio Social e Superávit do exercício.

Conforme previsto no Estatuto, no artigo 30, no caso de dissolução do Instituto, o respectivo Patrimônio Líquido será transferido a outra pessoa jurídica qualificada como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP, nos termos da Lei nº 9.790/1999.

### 13. Receitas de contribuições e doações

Descrição	2025	2024
Receitas de contribuições da Instituidora (a)	5.169.335	5.297.324
Receitas de contribuições de associados	64.951	57.276
Receitas de doações (b)	60.121	365.889
<b>Total</b>	<b>5.294.407</b>	<b>5.720.489</b>

(a) Refere-se aos repasses da COOPERFORTE, para custeio da estrutura física, administrativa e dos projetos sociais apoiados pelo Instituto, objetivando a realização de seu propósito.

(b) Correspondem às doações recebidas e destinadas a campanhas específicas (Dia das Crianças, Natal e outras).

#### 14. Rendimentos financeiros

Descrição	2025	2024
Rendimentos de aplicações financeiras	959.907	657.578
Sobras recebidas da Instituidora	84.543	97.255
Rendimentos de poupança	5.185	3.729
Juros sobre capital próprio	13	-
<b>Total</b>	<b>1.049.648</b>	<b>758.562</b>

O aumento dos rendimentos das aplicações financeiras observado no exercício de 2025, em comparação ao período imediatamente anterior, decorre principalmente da elevação da taxa Selic média, que passou de 10,88% para 14,32%.

#### 15. Projetos de educação

Despesas com projetos	2025	2024
Repasses financeiro	3.080.070	2.565.148
Monitoramento	31.822	18.640
Despesas administrativas de projetos	56.543	51.217
Outros projetos	42.961	475.719
Salários, encargos e benefícios	2.007.773	2.036.260
<b>Total</b>	<b>5.219.169</b>	<b>5.146.984</b>

Os valores registrados como despesas referem-se aos projetos apoiados pelo Instituto COOPERFORTE, abrangendo, além dos repasses financeiros, os custos associados a visitas técnicas, bem como salários, encargos e benefícios dos colaboradores diretamente envolvidos na condução, acompanhamento e monitoramento dos projetos.

No exercício de 2025, o Instituto Cooperforte manteve apoio a 34 projetos voltados à qualificação e requalificação de jovens e adultos e pessoas com deficiência em situação de vulnerabilidade social, nas áreas de beleza e estética, rotinas administrativas, gastronomia e tecnologia da informação, entre outras, incluindo, de forma transversal, conteúdos de educação financeira, empreendedorismo, cidadania e educação digital.

#### 16. Despesas de operacionalização técnica e administrativa

Referem-se às despesas relacionadas ao Convênio de Operacionalização Técnica e Administrativa, firmado com a COOPERFORTE, em 17/08/2018, que garante ao Instituto Cooperforte a realização das atividades contábeis, financeiras, administrativas, tecnológicas, jurídicas, de comunicação, de governança e de controladoria.

Nessa linha, além do Convênio de Operacionalização, também estão incluídos os valores relativos às despesas compartilhadas com a instituidora COOPERFORTE, tais como os gastos com a Assembleia, aluguel e despesas gerais.

Descrição	2025	2024
Operacionalização Técnica e Administrativa	470.056	447.067
Assembleia Geral	35.435	32.452
Aluguel	93.677	96.316
Luz, água e telefone	26.405	22.741
<b>Total</b>	<b>625.573</b>	<b>598.576</b>

#### 17. Impostos e taxas

Referem-se aos registros de valores de impostos e taxas/contribuições provisionadas para pagamento no prazo legal:

Descrição	2025	2024
COFINS sobre rendimentos de aplicações financeiras	38.603	26.456
Outros	3	364
<b>Total</b>	<b>38.606</b>	<b>26.820</b>

O aumento da despesa com COFINS observado em 2025 decorre, principalmente, da elevação da base de cálculo incidente sobre os rendimentos de aplicações financeiras, em função do aumento da taxa Selic média, que atingiu 14,32% no exercício.

#### 18. Prestadores de serviços

Descrição	2025	2024
Auditoria externa	16.386	24.143
Medicina do trabalho (a)	7.394	5.096
<b>Total</b>	<b>23.780</b>	<b>29.239</b>

(a) Refere-se aos custos de acompanhamento periódico de todos os colaboradores.

#### 19. Outras despesas/receitas

Outras receitas/(despesas) operacionais	2025	2024
Descontos obtidos	-	307
Recuperação de recursos de projetos e administrativos	5.170	-
Demais	-	14
<b>Total de outras receitas</b>	<b>5.170</b>	<b>321</b>
Outras despesas com pessoal (treinamento/cursos)	(7.113)	(11.747)
Viagens e transporte	(2.329)	(3.919)
Seguros diversos	(2.761)	(2.896)
Despesas legais	(15.268)	(12.829)
Diversas despesas operacionais	(7.843)	(11.424)
Despesas bancárias	(13.440)	(11.857)
<b>Total de outras despesas</b>	<b>(48.754)</b>	<b>(54.672)</b>
<b>Resultado</b>	<b>(43.584)</b>	<b>(54.351)</b>

#### 20. Passivos contingentes

Com base nos relatórios dos assessores jurídicos, não existem ações judiciais trabalhistas, fiscais ou cíveis, tramitando contra ou a favor do Instituto, classificadas com possibilidade de perda provável ou possível.

#### 21. Partes relacionadas

No quadro abaixo, demonstramos as transações com a COOPERFORTE, Instituidora do Instituto:

Descrição	2025	2024
Saldo de depósitos a prazo de aplicação financeira na COOPERFORTE	7.099.753	6.606.449
Posição de capital investido na COOPERFORTE	291	277
Repasses recebidos da COOPERFORTE no período (competência)	5.169.335	5.297.324
Ressarcimentos de custos à COOPERFORTE	625.573	598.576
Operacionalização técnica e administrativa (Nota 16)	470.056	447.067
Outros ressarcimentos de custos à COOPERFORTE (Nota 16)	155.517	151.509

Os membros dos Conselhos Deliberativo e Fiscal exercem suas atividades e responsabilidades em cargos eletivos na gestão do Instituto Cooperforte, conforme previsto no Estatuto Social, não sendo remunerados para tanto.

#### 22. Seguro empresarial

Os bens utilizados pela Entidade encontram-se devidamente cobertos por apólice de seguro empresarial, na modalidade Compreensivo Empresarial, contratada junto à Allianz Seguros S.A. pela Instituidora, COOPERFORTE, com vigência anual, contemplando as coberturas compatíveis com a natureza dos ativos e os riscos a que estão expostos.

#### 23. Fato importante

Na Assembleia Geral Ordinária da COOPERFORTE – Cooperativa de Crédito e Investimentos Ltda, realizada em 2025, foi aprovada a doação de imóvel de propriedade da Cooperativa ao Instituto Cooperforte, nos termos deliberados pelos representantes dos cooperados.

Os procedimentos necessários à formalização da referida doação encontram-se em andamento junto aos órgãos competentes. Enquanto não concluído o processo de regularização e registro da transferência, o imóvel não constará no ativo do Instituto Cooperforte, sendo que os efeitos patrimoniais definitivos da doação serão reconhecidos contabilmente após a conclusão das formalidades legais e registrares pertinentes.

Brasília (DF), 17 de abril de 2026.

Juscineide Souza Pimentel

Superintendente

Marcos Rafael de Oliveira Raymundo

Gerente

Aline Jaguaribe

Contadora CRC-RJ 08701409

## 2.6 Relatório dos Auditores Independentes



KPMG Auditores Independentes Ltda.  
SAI/SO, Área 6580 - Bloco 02, 3º andar, sala 302 - Torre Norte  
ParkShopping - Zona Industrial (Guará)  
Caixa Postal 11619 - CEP: 71219-900 - Brasília/DF - Brasil  
Telefone +55 (61) 3362 3700  
kpmg.com.br

### Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

**Aos Administradores e Associados da  
Associação para Promoção Humana e Desenvolvimento Social – Instituto Cooperforte  
Brasília – DF**

#### Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Associação para Promoção Humana e Desenvolvimento Social – Instituto Cooperforte (Entidade), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Associação para Promoção Humana e Desenvolvimento Social – Instituto Cooperforte em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas às entidades sem finalidade de lucros (ITG 2002 (R1)).

#### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

## Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Entidade é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

## Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas às entidades sem finalidade de lucros (ITG 2002 (R1)) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

## Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras


Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

KPMG Auditores Independentes Ltda., uma sociedade simples brasileira, de responsabilidade limitada e firma-membro da organização global KPMG de firmas-membro independentes licenciadas da KPMG International Limited, uma empresa inglesa privada de responsabilidade limitada.

KPMG Auditores Independentes Ltda., a Brazilian limited liability company and a member firm of the KPMG global organization of independent member firms affiliated with KPMG International Limited, a private English company limited by guarantee.

- 
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
  - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Brasília, 17 de abril de 2026

KPMG Auditores Independentes Ltda.  
CRC SP-014428/F-0



Pedro Henrique Moura Machado  
Contador CRC GO-022139/O-4

## 2.7 Parecer do Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal da Associação para Promoção Humana e Desenvolvimento Social – Instituto Cooperforte, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, examinou a mensagem da Administração e as Demonstrações Financeiras relativas a 31 de dezembro de 2025. Com base nos documentos examinados, nas análises levadas a efeito, nos esclarecimentos prestados pela Administração e no relatório da auditoria sobre as demonstrações financeiras, emitido pela KPMG, o Conselho Fiscal opina que os referidos documentos estão em condições de ser encaminhados para apreciação da Assembleia Geral.

Brasília, 20 de abril de 2026.

José Alípio dos Santos  
Presidente

Cláudio de Castro Vasconcelos  
Secretário

Hayton Jurema da Rocha  
Conselheiro



Instituto

**COOPERFORTE**